

## Os sistemas mesoamericanos de escritura<sup>9</sup>

Eduardo Natalino dos Santos

Pelo menos desde a famosa tentativa de Paul Kirchhoff (1967) de definir os limites geográficos, a composição étnica e as características culturais da Mesoamérica, ainda nos anos 1940, o emprego da escritura tem sido constantemente evocado para distinguir e delimitar essa macrorregião no interior da América indígena. Desde então, os avanços dos estudos históricos, arqueológicos, antropológicos e linguísticos que adotaram o conceito de Mesoamérica, particularmente das pesquisas que empregaram e analisaram os escritos e gravados produzidos nessa região, resultaram no surgimento de significativos debates sobre a natureza dos sistemas mesoamericanos de escritura ou sobre a relação entre esses sistemas e a definição de Mesoamérica. A utilização da escritura abarcou efetivamente toda a macrorregião mesoamericana? Os vários sistemas de escritura que foram empregados nos diversos espaços e tempos mesoamericanos são variações locais que derivam de um único sistema? Qual seria a natureza ou quais seriam as características

---

<sup>9</sup> Este texto é uma tradução feita pelo autor do artigo em espanhol de sua autoria: Unidad y diversidad de los sistemas mesoamericanos de escritura. In: MEDINA HERNÁNDEZ, Andrés; RUTSCH, Mechthild (Ed.). *Senderos de la antropología: discusiones mesoamericanas y reflexiones históricas*. México: Instituto de Investigaciones Antropológicas – Universidad Nacional Autónoma de México e Dirección de Etnología y Antropología Social – Instituto Nacional de Antropología e Historia (no prelo).

fundamentais desse(s) sistema(s)? Ou as variantes locais são suficientemente distintas, a ponto de constituírem sistemas de escritura distintos? Neste caso, o que os distinguiria? Todos os sistemas sígnicos da Mesoamérica são efetivamente escrituras? O entendimento do sistema de uma região ou época pode ser útil para a compreensão de sistemas empregados em outras regiões ou épocas?

Apesar da relevância de todas essas perguntas, neste texto trataremos somente de algumas delas, pois o objetivo central é demonstrar que os principais sistemas sígnicos mesoamericanos podem ser considerados escrituras se partirmos de um conceito amplo de escritura, cujas bases não sejam estritamente fonéticas. Procuraremos mostrar que o problema não se reduz a uma questão terminológica – chamar ou não tais sistemas de *escritura* –, mas, diferentemente, que existem vantagens metodológicas em atribuímos o *status* de escritura a tais sistemas no momento da análise de seus registros. Além disso, procuraremos assinalar a importância de valorizar as características compartilhadas por todos os sistemas mesoamericanos de escritura, sem, por outro lado, menosprezar as características particulares, pois o entendimento articulado desses dois tipos de características pode ser de grande utilidade aos estudos dos registros escritos mesoamericanos e, também, contribuir para o debate sobre a relativa unidade e diversidade histórico-cultural da Mesoamérica.

Para atingir esses objetivos, apresentaremos inicialmente as características particulares e gerais dos sistemas mesoamericanos de escritura, destacando que os traços que conferem unidade ou correlação a tais sistemas têm sido frequentemente subestimados diante dos traços que lhes conferem singularidades. Em seguida, procuraremos explicitar os fundamentos que têm sido evocados para tratar e classificar alguns sistemas mesoamericanos como “verdadeiras escrituras” e outros – portadores de alguns traços distintos e, simultaneamente, de alguns traços em comum em relação ao primeiro grupo – como sistemas iconográficos, recursos mnemônicos, protoescrituras ou apenas como uma espécie de *rébus*.<sup>10</sup> Abordaremos também as implicações

<sup>10</sup> Utilizaremos o conceito de *rébus* como sinônimo de união arbitrária e socialmente restrita – ou seja, cujos critérios e normas de composição e leitura não são compartilhados por grupos sociais significativos em termos quantitativos ou de longevidade – de representações visuais de objetos ou entes cujos nomes – ou as partes desses nomes – formariam outros nomes ou frases. Tal união teria a função de codificar mensagens verbais em sinais visuais cuja decifração ou reabilitação dos significados se tornaria uma espécie de enigma ou quebra-cabeça, o que se constitui, em princípio, como o oposto do que seria o objetivo central de qualquer sistema de escritura: permitir a pronta reabilitação dos significados das mensagens gravadas em seus registros visuais pelas pessoas versadas em seu funcionamento. Um exemplo clássico de rébus são os jogos infantis que codificam nomes, conceitos ou frases através da união enigmática e arbitrária de representações visuais de objetos bastante simples, como a união do desenho de um *sol* com o de um *dado* para formar a palavra *soldado*.

metodológicas desses distintos tratamentos – “verdadeiras escrituras” *versus* protoescrituras, iconografia, rébus etc. –, aplicados aos diferentes sistemas mesoamericanos de escritura. Por fim, a modo de conclusão, apresentaremos uma síntese das propostas centrais desenvolvidas neste texto, para enfatizar suas implicações e mostrar que algumas delas, eventualmente, estão relacionadas diretamente com o debate sobre a unidade e a diversidade histórica, étnica e cultural da Mesoamérica.

## Características particulares e gerais dos sistemas mesoamericanos de escritura

Alguns estudiosos dos sistemas sígnicos da Mesoamérica – como John B. Glass (1975), Karl Anton Nowotny (2005), Maarten Jansen (1988), Gordon Brotherston (1997), Miguel León-Portilla (2012) e Carmen Herrera (2009) – têm afirmado que, não obstante as particularidades, todos os sistemas compartilhavam princípios fundamentais de composição e funcionamento, sendo que alguns desses princípios permitem a inclusão de todos os sistemas mesoamericanos na categoria *escritura*. Outros pesquisadores – como Joyce Marcus (1992), Elizabeth Hill Boone (2000), Leonardo Manrique Castañeda (1989), Maricela Ayala Falcón (2001) e a grande maioria dos estudiosos do sistema maia, como Michael Coe e Justin Kerr (1997) –, sem necessariamente negar a existência de características compartilhadas, têm enfatizado as significativas distinções entre os sistemas sígnicos da Mesoamérica. Para alguns desses autores, muitas dessas distinções poderiam indicar que tais sistemas pertencem a tipos relativamente diferentes de escritura ou, inclusive, que os sistemas teriam alcançado distintos graus de desenvolvimento e que, sendo assim, alguns deles não seriam propriamente “escrituras plenas ou verdadeiras”.

A característica mais mencionada pelos estudiosos desse segundo grupo para distinguir e classificar os sistemas mesoamericanos de escritura é o grau de presença de glifos fonéticos e logográficos em comparação com o de glifos ideográficos e de elementos pictórico-figurativos. Em outras palavras, alguns sistemas sígnicos, como o epi-olmeca e o maia, e talvez o zapoteco em uma das fases de sua longuíssima história,<sup>11</sup> apresentariam o emprego amplo e

<sup>11</sup> História que se inicia, pelo menos, por volta do ano 600 a.C. e chega até o final do período colonial. As distintas fases dessa história apresentam mais transformações que as constantes na história de qualquer outro sistema mesoamericano de escritura e estão relacionadas às mudanças na ordem sociopolítica dos *altepeme* e *pueblos* zapotecos (MARCUS, 1992, p. 70). Para Grube e Arellano Hoffmann (2002, p. 39), o sistema zapoteco se constituiu em estreita relação com a iconografia, mas se converteu, no início da

sistemático de signos que representavam sons ou palavras das línguas faladas pelos grupos que criaram e utilizaram tais sistemas. Segundo esses estudiosos, tais sistemas também apresentavam a tendência de separar texto e imagem, gerando registros que seriam “textos puros”, ou seja, constituídos quase que exclusivamente por glifos logográficos e fonéticos, como a Estela C de Tres Zapotes (Figura 1), as Estelas 12 e 13 de Monte Albán (Figura 2) e a Estela 8 de Copán. Ademais, esses sistemas contariam com sentidos e padrões de leitura relativamente bem estabelecidos, como ocorre com as estelas maias, geralmente lidas em colunas verticais duplas, da esquerda para a direita e de cima para baixo. Por todas essas razões, esses sistemas têm sido quase sempre considerados “verdadeiras escrituras” e classificados como fonéticos, logográficos ou glotográficos.

Do outro lado, o emprego minoritário de glifos fonéticos ou logográficos no sistema teotihuacano,<sup>12</sup> no mixteco-nahua<sup>13</sup> e no zapoteco em outras fases de sua história, conjuntamente com as tendências de conjugar e sobrepor texto e imagem e de utilizar diversos sentidos e padrões de leitura, têm servido para classificar esses sistemas como pictográficos, icônicos ou semasiográficos, os quais não seriam “verdadeiras escrituras” para alguns estudiosos desse grupo. Os códices mixtecos seriam registros que exemplificariam esse tipo de sistemas de notação, como o *Códice Vindobonense* (Figura 3).

De acordo com esse mesmo grupo de pesquisadores, a divisão dos sistemas de escritura em dois grupos se manifestaria espacialmente na

---

era cristã, em uma escritura glotográfica, ou seja, que grava predominantemente uma língua e que tende a separar imagem e texto, como supostamente faz o sistema epi-olmeca e o maia do período Clássico.

<sup>12</sup> Sobre o sistema teotihuacano, a polêmica atinge o questionamento de sua própria existência e se encontra bastante polarizada. De um lado estão os que acreditam que as várias representações pictóricas dos murais e objetos provenientes de Teotihuacan são parte de um sistema de escritura. De outro, aqueles que defendem não ser possível a inclusão de tais representações no rol das escrituras. Karl Taube é um dos pesquisadores que representa o primeiro grupo: “[...] Teotihuacan indeed possessed a complex system of hieroglyphic writing, which appears not only on small portable objects but also in elaborate murals in many regions of the city” (TAUBE, 2000, p. 2). Joyce Marcus é um dos representantes do segundo grupo de estudiosos: “[...] even though there is some limited use of glyphic notations as possible names, captions, or labels at Teotihuacan, I see less evidence for true writing in Teotihuacan art [...]” (MARCUS, 1992, p. 17).

<sup>13</sup> Com essa expressão, reunimos aquilo que alguns estudiosos preferem tratar como dois sistemas relativamente distintos: o mixteco-Puebla e o azteco-nahua. Pensamos que os escritos produzidos na região mixteca, em Cholula e Tlaxcala e na região do altiplano central, de predominância nahua, ademais dos produzidos na região huasteca e no ocidente do México, possuem semelhanças e compartilham pressupostos de composição e leitura que permitem sua inclusão em um mesmo sistema escriturário. Essa proposta não é nova e se encontra formulada, por exemplo, no estudo de Karl Anton Nowotny (2005), que demonstra a existência de uma grande quantidade de paralelos, ressonâncias, características comuns e repertórios de sentidos compartilhados entre os códices da região mixteca (como o *Vindobonense*), da região de Cholula (como, provavelmente, o *Borgia*) e da região do Vale do México (como o *Borbónico*). Nowotny chama de *tlacuillo* esse sistema de escritura amplamente difundido no interior da Mesoamérica.

Mesoamérica: quanto mais ao oriente, mais predominariam os sistemas fonéticos e logográficos; quanto mais ao ocidente, mais predominariam os sistemas semasiográficos. Desse modo, de um lado, estaria o sistema maia e, do outro, os sistemas mixteco-nahua e teotihuacano, compondo os dois polos extremos dessa equação. Os sistemas zapotecas e o olmeca se situariam na região de transição, sendo que o zapoteca se aproximaria dos sistemas do ocidente e o olmeca dos sistemas do oriente da Mesoamérica.

Essa relativa polarização regional dos sistemas mesoamericanos de escritura seria fortalecida ainda pela existência de pelo menos dois outros traços diacríticos. Em primeiro lugar, estaria a presença da conta longa do sistema calendárico, encontrada nos registros epi-olmecas e maias – que, por conseguinte, estaria ausente dos registros escritos zapotecos, teotihuacanos e mixteco-nahuas. Em segundo lugar, nos sistemas mais ao oriente, estaria o emprego de representações numéricas cuja quantidade registrada depende da posição relativa dos glifos no conjunto numérico – distintamente, nos sistemas mais ao ocidente, predominariam representações numéricas cujo valor corresponde ao total dos glifos numéricos do conjunto, independentemente da posição relativa do glifo no conjunto.

O estabelecimento e a compreensão de algumas dessas particularidades e distinções têm sido imprescindíveis para a leitura e interpretação dos registros que provêm de cada um dos sistemas mesoamericanos de escritura. Entretanto, o entendimento e a aceitação de que há uma série de características compartilhadas por todos os sistemas também podem trazer importantes contribuições aos estudos que se dedicam a ler e interpretar os textos mesoamericanos. Destacaremos três dessas características compartilhadas.

A primeira é a presença sistemática e constante da combinação entre glifos fonéticos, logográficos e ideográficos entre si e, ao mesmo tempo, com elementos de índole mais pictórico-figurativa. Prova disso é, por exemplo, a efetiva participação dos glifos logográficos e ideográficos – como os glifos calendáricos e numéricos e muitos glifos toponímicos e antroponímicos – no sistema maia, considerado sempre como uma “verdadeira escritura” devido à predominância inquestionável de glifos fonéticos que ele apresenta. Outro indício dessa característica compartilhada pelos sistemas mesoamericanos de escritura é o fato de a separação entre texto e imagem ser absolutamente rara. Ou seja, os chamados “textos puros” são exceções – mesmo no sistema maia ou epi-olmeca, nos quais, supostamente, se manifestaria a tendência de separação entre imagem e texto – que confirmam a regra geral, que é a união sistemática e a articulação constante entre glifos de diversos tipos e elementos pictórico-figurativos, como pode ser observado na imensa maioria das inscrições maias do período Clássico e Pós-clássico (Figura 4). Ademais, a presença constante

da combinação entre o que se denomina texto e imagem também ocorre na própria composição de grande parte dos glifos ideográficos e, inclusive, dos glifos logográficos e fonéticos, os quais quase nunca abandonam seu caráter pictórico-figurativo, multiplicando assim as relações entre texto e imagem, mesmo nos sistemas predominantemente glotográficos ou fonéticos.

A atenção a esse caráter *pictoglífico*<sup>14</sup> dos sistemas mesoamericanos de escritura, inclusive do maia e do epi-olmeca, pode servir para advertir o pesquisador sobre as outras camadas de significação dos elementos que constituem aquilo que convencionalmente é reconhecido como “texto” ou sobre a constante relação entre “texto” e “imagens” – ambos entre aspas para enfatizar a dificuldade de estabelecermos de antemão os limites entre eles quando integram os sistemas mesoamericanos de escritura. A coabitação entre texto e imagem nos sistemas mesoamericanos de escritura não é, inclusive no sistema maia, uma sobrevivência incômoda de elementos pictórico-figurativos provenientes de estágios evolutivos anteriores ao do estabelecimento da escritura. Ao contrário, trata-se de uma das características mais indeléveis e importantes de tais sistemas, a qual, em nossa opinião, tem sido pouco valorizada na leitura e interpretação dos registros, sobretudo no caso dos registros do sistema maia – cuja leitura, frequentemente, se detém nos sentidos glotográficos dos signos –, mas também no caso de propostas de leituras puramente fonéticas dos registros de outros sistemas mesoamericanos.

Sendo assim, pensamos que estabelecer quais teriam sido os primeiros textos puros,<sup>15</sup> assim como orientar a leitura para a busca desse tipo de texto, não é um caminho promissor para compreendermos a constituição e as transformações dos sistemas mesoamericanos de escritura, pois a associação entre elementos pictórico-figurativos e glíficos, como mencionamos, seria uma das características fundamentais e de união de todos esses sistemas. Além disso, não devemos esquecer que até os supostos “textos puros” gravados em

<sup>14</sup> Procuraremos enfatizar essa característica empregando o termo *pictoglífico*, que explicitamente remete à combinação entre *glifos* – sejam fonéticos, logográficos ou ideográficos – e elementos *pictórico-figurativos*. Pensamos que esse termo é preferível a *pictográfico*, o qual, além de ser usado tradicionalmente para designar somente alguns sistemas mesoamericanos, como o mixteco-nahua, o teotihuacano e o zapoteca, remete à ideia de escrituras que se servem de representações pictórico-figurativas de objetos e que, dessa maneira, se distinguiriam radicalmente das escrituras que grafam a fala, consideradas muitas vezes como as “verdadeiras escritas”. Em outras palavras, talvez o termo *pictográfico* contribua para a perpetuação de uma separação tipológica entre os vários sistemas mesoamericanos de escritura que, como procuraremos mostrar, não é a mais adequada ou proveitosa para a leitura e interpretação dos registros.

<sup>15</sup> As Estelas 12 e 13 de Monte Albán, produzidas entre 500 e 400 a.C., apresentam unicamente glifos de verbos entre signos calendáricos e antropônimos. Por essa razão, apesar de conterem apenas oito conjuntos glíficos, são consideradas por alguns estudiosos, como Joyce Marcus (1992, p. 38-39), como os mais antigos “textos puros” mesoamericanos.

estelas ou em outros monumentos, em seus contextos originais, estavam em composição com representações pictórico-figurativas, contidas nos elementos arquitetônicos circundantes<sup>16</sup> ou, também, relacionam “texto” e “imagem” nos próprios glifos, mesmo que fonéticos, como ocorre amplamente nos glifos maias.

Voltaremos à questão da base foneticista da classificação dos sistemas sígnicos e de escritura da Mesoamérica no próximo subitem, no qual procuraremos explicitar os pressupostos desse tipo de classificação. Também exporemos as vantagens do emprego de uma concepção mais ampla de escritura e de base não foneticista, que abarcaria todos os sistemas mesoamericanos de escritura. Por enquanto, nos interessa somente assinalar que tais sistemas se caracterizam muito mais por uma combinação sistemática e constante entre glifos fonéticos, logográficos e ideográficos e elementos de índole mais pictórico-figurativa do que pelo uso exclusivo de um ou de outro tipo de glifo ou de signo.

A segunda característica compartilhada por todos os sistemas mesoamericanos de escritura é o uso amplo e sistemático do calendário como parte fundamental da estrutura de organização lógica dos registros e dos pressupostos de codificação e leitura de seus glifos.<sup>17</sup> A estreita relação existente entre o emprego do sistema calendárico e o uso da escritura na Mesoamérica é bem conhecida, pois a escritura possuía, no sistema calendárico, um conjunto de conceitos constantemente evocados – de modo explícito ou não – para organizar e estruturar os temas registrados por seus glifos. Desse modo, o conhecimento prévio desses conceitos calendáricos era indispensável tanto para a produção como para a leitura dos registros. E essa presença copiosa e fundamental do calendário nos registros pictográficos mesoamericanos, como pode ser observado nas Figuras 1 e 2, quase sempre ocorre por meio de glifos ideográficos, o que nos impede de pensar ou classificar qualquer sistema escriturário mesoamericano como exclusivamente fonético. Em alguns casos, essa presença é tão indelével ou proeminente que estabelecemos gêneros de registros ou códices com

<sup>16</sup> Como assinala Christian Duverger, “*Es verdad que existen algunos casos en que aparentemente los glifos se emplearon solos, sin ser asociados con escenas figurativas; se pueden citar algunas estelas (estelas 12 y 13 de Monte Albán), algunos paneles mayas esculpidos (‘Templo de las Inscripciones’ de Palenque, ‘Templo de las Inscripciones’ de Tikal), y sobre todo, escaleras jeroglíficas como las de Copán, Edzná, Dos Pilas o Naranjo. Ahí, los elementos escritos ya no están asociados a elementos figurativos en dos dimensiones, sino a un conjunto arquitectónico monumental de tres dimensiones. Pero se trata de casos particulares. La norma mesoamericana sigue siendo la combinación de los elementos glíficos con escenas figurativas*” (DUVERGER, 2000, p. 42).

<sup>17</sup> Tratamos amplamente dos usos e funções do calendário nos códices nahuas tradicionais e coloniais em duas outras ocasiões: Santos (2007b) e Santos (2005a).

base no tipo de ciclo calendárico que é utilizado ou que se destaca neles, independentemente da pertinência do registro a esse ou aquele sistema de escritura, ou seja, ao mixteco-nahua, ao maia, ao olmeca ou ao zapoteca. Por exemplo, a conta longa serve de base tanto para as estelas olmecas como para as maias; o *tonalpohualli* ou *tzolkin*, ou seja, a conta dos dias e destinos, serve de fundamento tanto aos *tonalamatl* mixtecos e nahuas como aos maias, como se pode observar nas páginas 75 e 76 do *Códice Madrid* (Figura 5); o *xiuhmolpilli* ou conta dos 52 anos é a base organizacional tanto dos livros de anais nahuas como também das histórias e genealogias mixtecas.<sup>18</sup>

A terceira característica compartilhada por todos os sistemas meso-americanos de escritura consiste no uso universal dos glifos numerais fundamentais. Tanto o glifo do numeral 1 (formado por uma pequena conta ou por um pequeno círculo) como o do numeral 5 (constituído por uma pequena barra) são os mesmos em todas as escrituras mesoamericanas, não obstante as variantes existentes na sintaxe das representações numéricas, isto é, entre as representações escriturais que operam por meio de valores posicionais e as que funcionam por meio do resultado da soma dos valores individuais dos glifos, como foi explicado anteriormente. Além de compartilharem esses glifos numerais, todos os sistemas mesoamericanos de escritura também empregavam a base numérica vigesimal – com todas as subdivisões do numeral vinte em grupos de cinco unidades e com todos os múltiplos principais de vinte (400, 8.000 etc.) –, para os quais, em geral, havia glifos específicos nos diversos sistemas.

A coexistência de características compartilhadas e de traços particulares indica que as constituições e as transformações dos sistemas mesoamericanos de escritura resultaram de relações inter-regionais volumosas e prolongadas, que envolveram diversos povos e culturas mesoamericanas. A existência comprovada dessas relações fortalece a necessidade de seguirmos investindo em estudos e pesquisas que as contemplem, ou seja, que pensem as continuidades e mudanças culturais desses povos levando em conta o conceito de Mesoamérica. Esse procedimento analítico não significa, portanto, negar as particularidades de cada sistema de escritura ou de cada grupo humano que o empregava – tampouco menosprezar as relações dos povos da Mesoamérica

<sup>18</sup> Elizabeth Hill Boone não considera os livros mixtecos como um tipo de anais e os agrupa sob a categoria de *res gestae*, porque possuíam as dinastias governantes e seus feitos como temática central (BOONE, 1996). Pensamos que essa categorização pode ser uma complicação desnecessária e, ademais, mascarar o princípio básico de leitura dessas histórias mixtecas, as quais possuem, claramente, a conta dos anos como seu princípio organizador central, que indica, inclusive, o sentido de leitura do manuscrito. Por isso, os códices que a autora classifica como *res gestae* poderiam ser adequadamente incluídos na categoria já existente e de matriz mesoamericana dos *xiuhamatl* (SANTOS, 2005a).

com os de regiões histórico-culturais vizinhas, como a Oasisamérica, a Aridoamérica ou o Circuncaribe.

Além dessas implicações, algumas das características compartilhadas pelos sistemas mesoamericanos de escritura que temos mencionado – como a coexistência sistemática e estreita entre distintos tipos de glifos (fonéticos, logográficos e ideográficos) e de glifos com signos de índole pictórico-figurativa – também permitem que reflitamos sobre os pressupostos que embasam a utilização de concepções mais amplas ou mais estreitas de escritura para analisar os registros mesoamericanos. Passemos, então, a apresentar algumas reflexões sobre esse tema, assim como sobre as consequências conceituais e metodológicas da utilização de tais concepções.

### Recursos mnemônicos, rébus, protoescrituras ou escrituras?

Pelos que expusemos até aqui, pensamos que nossa postura diante da questão expressa no subtítulo acima tenha sido claramente anunciada, ou seja, pensamos que é mais adequado tratar os registros pictográficos oriundos de todos os sistemas mesoamericanos de notação visual do pensamento e da fala como expressões escritas. Entretanto, ainda que tenhamos mencionado algumas vantagens metodológicas dessa postura, não nos dedicamos a fundamentá-la, tampouco a explicitar o conteúdo do que entendemos por *sistema de escritura*. Por isso, nesta parte do texto, abordaremos de maneira mais detalhada e sistemática o conteúdo que atribuímos à expressão *sistema de escritura* e apresentaremos aspectos fundamentais da questão anunciada no subtítulo. Para realizar essa tarefa de modo sintético, focalizaremos centralmente o sistema maia (exemplificado nas Figuras 4 e 5) e o mixteco-nahua (exemplificado na Figura 3), que são tratados frequentemente como os dois casos extremos nas classificações que tendem a estabelecer dicotomias excludentes, separando o grupo das “verdadeiras escrituras”, atributo comumente associado ao sistema maia, dos sistemas que seriam recursos mnemônicos, protoescrituras ou algum tipo de rébus, expressões geralmente associadas ao sistema mixteco-nahua.

Mencionamos que tanto o sistema maia como o mixteco-nahua, apesar de suas diferenças, combinam diversos tipos de glifos entre si – calendáricos, numéricos, toponímicos, antroponímicos, ideográficos, fonéticos e de determinação semântica – e tais glifos com representações pictórico-figurativas, formando registros com sua própria organização e lógica. Entretanto, os dois sistemas o fazem de maneiras diferentes e em graus distintos.

No sistema mixteco-nahua (Figura 3), a combinação entre os diversos tipos de glifos não resulta na predominância dos glifos fonéticos ou logográficos. Dessa maneira, esse sistema não se relaciona, estrita e primordialmente, com alguma língua em específico, pois os glifos não fonéticos e os elementos pictórico-figurativos podem ter seus significados reabilitados por falantes de diversas línguas, desde que eles compartilhem as convenções do sistema. E isso não significa que os glifos fonéticos e, eventualmente, uma parte dos outros signos que compõem esse sistema não se relacionem diretamente com determinadas línguas, mas significa apenas que o funcionamento do sistema mixteco-nahua não dependia exclusiva ou fundamentalmente de um quadro de equivalências entre signos e sons – ainda que isso também fosse parte de tal sistema. Tal funcionamento dependeria fundamentalmente dos conjuntos de conteúdos, conceitos e relatos que estariam associados com os glifos não fonéticos e com os elementos pictórico-figurativos. Esses conteúdos, conceitos e relatos eram memorizados e manejados por uma tradição oral que funcionaria *pari passu* à produção e aos usos sociais dos registros escritos.

Por sua parte, o sistema maia (Figuras 4 e 5) empregava majoritariamente glifos fonéticos, fazendo com que esse sistema estivesse fortemente relacionado a uma língua específica, já que esse tipo de glifo, em princípio, somente poderia ter seus significados sonoros reabilitados por alguém que falasse a língua dos produtores dos registros escritos – e que deveria também, é claro, compartilhar as demais convenções de funcionamento do sistema. Dessa maneira, o sistema maia dependeria em primeiro lugar da memorização do valor fonético de seus signos e, em segundo lugar, da memorização de conceitos e relatos por uma tradição de pensamento e oralidade que funcionaria conjuntamente à produção e ao uso dos escritos pictográficos.

Devido a essas características distintas, geralmente o sistema maia tem sido classificado como uma “verdadeira escritura”, enquanto o mixteco-nahua tem sido considerado um recurso mnemônico, uma protoescritura cujo desenvolvimento teria sido interrompido pela conquista ou uma espécie de rébus por decifrar.<sup>19</sup> Essa classificação se fundamenta na aplicação de uma concepção polar e evolucionista acerca dos sistemas de escritura ou de notação visual. Polar porque articula as partes que compõem o funcionamento dos sistemas sígnicos – isto é, os registros visuais ou tácteis e a oralidade – como um binômio excludente, no qual os sistemas que pertenceriam ao polo da escritura prescindiriam da oralidade. Evolucionista porque reserva o uso analítico do conceito de escritura aos sistemas fonéticos, vistos como o resultado de um processo universal de desenvolvimento dos sistemas sígnicos,

<sup>19</sup> Como propõe Charles Dibble (1940).

que partiria da pictografia e chegaria até as escrituras fonéticas.<sup>20</sup> Partindo desse tipo de concepção, em geral, a criação ou o desenvolvimento particular dos distintos sistemas de escritura são analisados como partes de um processo universal, evolutivo e autorreferenciado, isto é, separado das demandas e das prioridades que cada sociedade estabeleceu para seus sistemas ou atribuiu a eles.<sup>21</sup> Os resultados desse tipo de análise, na maioria das vezes, consistem em explicar as escrituras não fonéticas pelo que supostamente lhes falta ou pelas etapas que deveriam ter alcançado.

Pensamos que esses pressupostos analíticos obstaculizam, em alto grau, o entendimento dos recursos próprios e das possibilidades de uso social das escrituras não fonéticas ou não exclusivamente fonéticas. Por exemplo, o sistema mixteco-nahua operava com base em uma enorme gama de glifos ideográficos, a qual era utilizada por produtores e usuários de registros escritos de distintas origens linguísticas, situados em diversas regiões mesoamericanas. Efetivamente, essa característica era capaz de facilitar a comunicação e a circulação de registros entre elites dirigentes de origens etnolinguísticas distintas, mas que utilizavam um mesmo sistema de escritura ou sistemas aparentados. Não obstante, essa mesma característica poderia contribuir para limitar a precisão verbal na leitura e a decodificação dos registros; precisão que poderia ser secundária ou inclusive até indesejável aos usuários desse sistema em certas ocasiões sociais de leitura. Em contrapartida, no sistema maia, tal precisão poderia ter sido favorecida pela numerosa – mas não exclusiva – presença de glifos fonéticos.

Sendo assim, essas distintas características não representariam etapas de uma evolução em direção a um tipo de escritura ideal ou perfeito, ao qual

---

<sup>20</sup> A ideia que uma “verdadeira escritura” é sempre e somente uma forma de registro visual de uma língua falada remonta à Grécia do período Clássico e ganha um novo e importante capítulo com o processo de conquista e colonização das Índias Orientais e ocidentais pelos cristãos. Nesses Novos Mundos, os cristãos, principalmente os missionários, tiveram contato com uma grande quantidade de sistemas sígnicos locais e tentaram classificá-los como “verdadeiras escrituras” ou como “pinturas que serviriam como escritura.” Um dos exemplos mais bem acabados desse tipo de classificação é aquele que José de Acosta apresenta na *Historia natural y moral de las Indias* (1985). Esse tipo de classificação binária dos sistemas sígnicos marcou os estudos humanísticos e das Ciências Humanas até a atualidade. Maarten Jansen, na década de 1980, afirmou que a base desse tipo de classificação começou a ser questionada e seriamente discutida na academia somente nas duas últimas décadas, quando novas concepções de *escritura* começaram a ser propostas e, por conseguinte, aplicadas nos estudos dos sistemas sígnicos da América indígena. Em suas palavras, “*It is not until the rise of semiology in the last two decades that the classical Greek definition of writing as the registration of the spoken language (with the alphabet as its culminating point) was abandoned and a better evaluation of pictographic systems became possible*” (JANSEN, 1988, p. 88).

<sup>21</sup> Entre os pesquisadores que constroem esse tipo de análise está Elliott (1978). Por outro lado, existem estudos, como o de Manrique Castañeda (1989), mostrando que nenhuma escritura seguiu totalmente o suposto caminho evolutivo que iria da pictografia ao alfabeto.

pertenceriam os sistemas fonéticos; elas seriam apenas o reflexo de escolhas e eleições relacionadas diretamente com os valores políticos, com as práticas econômicas, com os critérios estéticos e, para resumir, com as experiências e demandas concretas de sociedades específicas em determinados períodos de suas histórias.

Além disso, escritura e oralidade não se compõem como uma polaridade excludente, que levaria a oralidade ao desuso pela adoção de um sistema de escritura. Ao contrário, o funcionamento de qualquer sistema de escritura depende, em algum grau e forma, de um regime de oralidade que funcione de modo conjunto a ele. As relações entre ambos variam segundo cada sistema ou usos sociais específicos e concretos, de maneira que nenhum sistema de escritura – nem os alfabéticos – registra totalmente uma língua falada, e desse modo ele depende sempre da oralidade que lhe é correlata.<sup>22</sup>

Essas relações de dependência mútua entre os registros escritos e a oralidade são bastante evidentes nos sistemas mesoamericanos, seja no mixteco-nahua ou no maia do período Clássico e Pós-clássico, e contradizem as propostas classificatórias polares ou dicotômicas e, ainda mais, as que tratam o tema em termos de “verdadeiras” *versus* “falsas ou incompletas escrituras”.

No caso dos códices mixtecos (Figura 3), a estreita relação entre oralidade, produção e uso dos manuscritos pictográficos é atestada, por exemplo, pelo frei Francisco de Burgoa no princípio do século XVII. Referindo-se à produção e ao uso dos manuscritos, afirma que *“para esto a los hijos de los señores y a los que escogían para el sacerdocio, enseñaban e instruían desde su niñez, haciéndolos decorar aquellos caracteres y tomar de memoria a las historias, y estos mismos instrumentos he tenido en mis manos y oídos explicar a algunos viejos con bastante admiración”* (BURGOA, 1987, p. 210).

Já no caso dos códices nahuas, os *Coloquios y doctrina cristiana* são bastante eloquentes sobre a íntima relação entre os registros e a oralidade. No capítulo em que os sacerdotes mexicas sobreviventes à conquista de México-Tenochtitlan respondem aos religiosos franciscanos, o texto afirma: *“Auh in quitzicate* (Os que estão olhando), *in qujpouhticate* (os que contam),

<sup>22</sup> Jacques Derrida demonstra como as relações entre o universo dos signos visuais e a língua-pensamento são extremamente complexas e podem ter formas muito variadas. Para o estudioso, separar de maneira dicotômica as sociedades com escritura das sociedades orais é um reducionismo que parte da “[...] definição tradicional de escritura que já em Platão e em Aristóteles se estreitava ao redor do modelo da escritura fonética e da linguagem de palavras”. Ademais, entender a escritura somente como um sistema derivado e determinado a representar unicamente os sons das palavras “[...] reflete a estrutura de um certo tipo de escritura: a escritura fonética, aquela de que nos servimos e em cujo elemento a *episteme* em geral (ciência e filosofia), a linguística em particular, puderam instaurar-se. Seria necessário, aliás, dizer *modelo* mais do que *estrutura*: não se trata de um sistema construído e funcionando perfeitamente, mas sim de um ideal dirigindo explicitamente um funcionamento que de fato nunca é, totalmente, fonético” (DERRIDA, 1973, p. 37).

*in qujtlatlazticate in amoxтли* (os que desdobram os livros), *in tlilli*, *in tlapalli* (a tinta negra, a tinta vermelha), *in tlacujlollli quitqujticate* (os que têm sob seu encargo as pinturas)” (SAHAGÚN, 1986, p. 140-141). Podemos perceber nesse trecho que a decodificação dos signos visuais dos códices pictográficos – “os livros, a tinta negra, a tinta vermelha” – pelos membros da tradição mexica de escritura e pensamento – “os que têm sob seu encargo as pinturas” – é caracterizada por dois verbos: *itz* e *pohua*, que sublinhamos na citação e cujo uso conjunto era muito comum para se referir a tal situação (MIGNOLO, 1994). Esse uso conjunto dos verbos *itz* ou *itta*,<sup>23</sup> que significam *ver*, e *pohua*, que significa *contar* ou *relatar*, parece apontar justamente para a relação de complementaridade entre a ação estrita de ler – ou decodificar os signos visuais – e a de relatar – ou usar um repertório de conceitos, conteúdos ou relatos conhecidos ou memorizados. Isso porque a ação de contar, situada temporalmente no trecho citado depois da ação de olhar, parece manter certa independência, ou seja, parece estar relacionada, mas não totalmente subordinada, aos conteúdos dos registros visuais, não obstante o fato de ser realizada pelos próprios produtores ou usuários de tais registros – “os que têm sob seu encargo as pinturas”.

No caso de mixtecos e nahuas, essa relação de complementaridade entre registro visual e oralidade tem sido bastante evocada para caracterizar as funções e o funcionamento dos códices ou, inclusive, em algumas ocasiões, para classificá-los apenas como instrumentos mnemônicos. Entretanto, parece que pouca atenção tem sido dispensada aos papéis da oralidade na produção e leitura dos escritos maias do período Clássico e Pós-clássico, como se a predominância de glifos fonéticos relegasse essa questão a um nível desprezível de relevância para a compreensão do funcionamento desse sistema de escritura e de seus registros. Apesar disso, há uma grande quantidade de registros e escritos maias desses períodos que contêm indícios para o estudo dessa problemática, os quais apontam para a existência de uma estreita relação de dependência ou mesmo de indistinção entre os especialistas na arte de escrever – *ah ts'ib/tlacuilo* – e o sábio ou responsável pela memorização das tradições orais – *ah miatz/tlamatine*. Esse é o caso, por exemplo, de diversos vasos-códices procedentes do Petén e de suas zonas fronteiriças, que, em uma espécie de metarregistro, tratam das atividades dos *ah ts'ib* e dos *ah miatz* (LEÓN-PORTILLA, 2012). Entre tais artefatos, podemos destacar um vaso-

<sup>23</sup> O verbo *ver* possui duas formas em náhuatl: *itta* e *itz*. A primeira é usada em todos os tempos e, geralmente, é transitiva; a segunda é usada em composição com verbos auxiliares, quando, justamente, pode tornar-se intransitiva, como é o caso acima mencionado: *quitzticate*, ou *os que estão vendo*, formado por *qui*, que denota 3ª pessoa, *itz*, *ver* ou *olhar*, *ti*, ligadura sem valor semântico, e *cate* ou *cateh*, do verbo *ser* ou *estar*. Conforme comunicação pessoal de Leopoldo Valiñas.

códice do século VIII, reproduzido na Figura 4, que hoje se encontra no Museu de Arte da Universidade da Virgínia. Nele, Pawahtún ou Itzamná, patrono dos escribas, ensina sua arte aos *ah ts'ib* e/ou aos *ah miatz* novatos (COE; KERR, 1997, p. 102-110). As relações de ensino-aprendizagem representadas nesse vaso, entre Itzamná e os novos escribas ou sábios, destacam inequivocamente os discursos proferidos pelo patrono. Tais discursos estão representados em duas cenas e em apenas uma delas a relação é mediada por um registro escrito, um códice neste caso.

Além de constar nesses metarregistros, parece que a relação de dependência mútua entre escritura e oralidade, ou entre o ato de ver/ler e o de contar/relatar, também está presente, como ocorre no náhuatl, em expressões do maia iucatego, sobretudo naquelas expressões empregadas para referir-se ao ato de leitura dos manuscritos pictoglíficos. Isso porque o termo *huun*, que significa *papel amate*, mas também *livro* ou *códice*, junta-se ao verbo *xoc*, que significa *contar*, para formar a expressão *xoc-hun*, literalmente *contar um livro* (THOMPSON, 1988, p. 40).

Ainda no caso do sistema maia, outro indício da complementaridade do binômio registro-oralidade seria o fato de ele possuir glifos e elementos pictórico-figurativos que não se reduzem totalmente a uma leitura fonética, como apontamos anteriormente. Isso faria com que sua decifração dependesse de discursos orais paralelos e integrados à produção e uso dos registros escritos, assim como ocorria também no sistema mixteco-nahua. Mais ainda: a separação entre glifos fonéticos e ideográficos não é absoluta em ambos os sistemas e a estamos empregando aqui como uma simplificação didática.<sup>24</sup> Isso porque muitos dos próprios logogramas ou fonogramas possuíam, além de seus valores fonéticos, significados conceituais mais gerais e relacionados às suas características visuais, do mesmo modo que ocorre com os ideogramas.

Sendo assim, a leitura dos escritos mixteco-nahuas e dos maias – ou sua aprendizagem – era distinta daquela que comumente associamos aos nossos escritos ou livros, pois

<sup>24</sup> Carmen Herrera assinala a inadequação de estabelecer uma separação rígida entre iconografia e escritura baseada somente nas formas ou nos referentes figurativos imediatos dos signos empregados nos sistemas mesoamericanos: “Se ha dicho que los mexicas, siguiendo el modelo de mixtecos y zapotecos, contaban con dos tipos de notación: uno de carácter pictográfico, caracterizado por imágenes de objetos convencionalmente representados y el segundo, de contenido no figurativo, en el que se engloba el registro de nombres, fechas y otros. [...] De este modo se plantea que las pictografías no tienen una correspondencia biunívoca con las unidades de una lengua específica, ya que son figuras reconocibles y traducibles por cualquiera, mientras que los signos arbitrarios o no figurativos tienen una interpretación necesariamente ligada a formas lingüísticas. Pero si este criterio distingue los dos procedimientos ¿por qué incluir el registro de fechas en el segundo de ellos? [...] Estas evidencias sugieren que no se puede prejulgar el valor de los signos que se emplearon en las escrituras del centro de México a partir tan sólo de la forma” (HERRERA et al., 2009, p. 363-365).

*[...] no era el desciframiento silencioso de un texto fijado en un momento histórico determinado (es decir, de un texto con una “aura”), sino una representación pública y ritual que permitía ver y escuchar el relato de los antiguos, reuniendo los libros pictográficos y las tradiciones orales en un todo más rico que cualquiera de sus partes. (NAVARRETE LINARES, 2000a, sem número de página).*

Em outras palavras, sobretudo no caso do sistema mixteco-nahua, ainda que também no caso do maia, parece que o registro pictoglífico e a oralidade eram conjuntamente acionados na leitura ou na leitura performática dos relatos, sem que um tipo de discurso – visual ou oral – estivesse totalmente subordinado ao outro, como se ambos estivessem paralelamente integrados.<sup>25</sup>

Além de favorecer a falta de atenção ao papel da oralidade no funcionamento das escrituras mesoamericanas, o pressuposto que escritura e oralidade formam uma equação polar e que uma “verdadeira escritura” deve registrar uma língua em específico também tem contribuído para a conformação de posturas analíticas radicais e, pensamos, parcialmente equivocadas. Esse é o caso, por exemplo, do que podemos nomear de foneticismo radical. Alguns estudiosos, talvez até com a intenção de combater a subvalorização ou o menosprezo com os quais alguns sistemas mesoamericanos de escritura são tratados em certas ocasiões, têm assumido como pressuposto que todos os elementos presentes em tais sistemas, seja no maia ou no mixteco-nahua, são exclusiva e estritamente fonéticos ou logográficos. Essa postura, além de reforçar o preconceito e o conceito que um sistema sígnico é uma “verdadeira escritura” somente quando se configura como a grafia de uma língua, é analiticamente pobre, pois procura ler e explicar as escrituras pictoglíficas com foco apenas em seus elementos glotográficos, buscando decifrar somente seus códigos linguísticos, e desse modo ignoram “[...] qualquer mensagem visual que pudesse estar sendo transmitida” (BROTHERSTON, 1999, p. 79).

Essa tendência se faz especialmente presente nos estudos dos escritos maias, que realmente contam com a presença majoritária de glifos fonéticos, mas também se manifesta em algumas propostas de leitura dos registros e códices pictoglíficos nahuas. As origens desse entendimento equivocado, ou seja, que os registros nahuas funcionam como um rébus para grafar exclusivamente a língua náhuatl, remonta ao fim do século XVI e se relaciona com os trabalhos de alguns religiosos franciscanos que, desde então, promoveram a produção dos chamados códices testerianos. Nesses manuscritos, supõe-se que orações e textos cristãos em náhuatl foram registrados por meio de desenhos de objetos

<sup>25</sup> Defendendo uma posição distinta, Elizabeth Hill Boone acredita que os documentos pictoglíficos compunham uma instituição documental para a qual a explanação oral era acessória (BOONE, 1998).

cuja combinação de seus nomes nessa língua se assemelharia às palavras que comporiam tais orações e textos.<sup>26</sup> A confecção desses códices parte, portanto, de uma premissa distinta das que centralmente regiam os códices nahuas, pois eles não registravam, exclusiva ou predominantemente, a fala por meio de glifos com valores fonéticos – e isso não significa dizer que tal recurso não era empregado em tais escritos em tempos pré-hispânicos.<sup>27</sup> Além disso, o uso de glifos fonéticos no sistema mixteco-nahua não se dava como em uma escritura rébus, já que os glifos silábicos eram empregados em combinação com outros tipos de glifos, preponderantemente em três situações: a) sob a forma de prefixos ou sufixos, como o glifo de *tetl* (*pedra*) para significar *te* (pronome equivalente a *alguém* ou *alguns*) ou o glifo de *pankli* (*bandeira*) para significar *pan* (em cima ou sobre); b) para representar sons, como o glifo *acatl* (*junco*) ou *atl* (*água*) para representar o som da letra “A”, o glifo *etl* (*feijão*) para grafar o som da letra “E” e o glifo *otli* (*caminho*) para o som da letra “O”; c) para compor os topônimos e antropônimos (ALCINA FRANCH, 1992).<sup>28</sup>

Sendo assim, tentar comprovar que o sistema pictoglífico nahua – ou o mixteco-nahua – registra somente o idioma náhuatl parece uma tentativa de combater os preconceitos que obstaculizam o entendimento dos sistemas mesoamericanos de escritura reforçando parte desses mesmos preconceitos, pois, como mencionamos, corrobora-se o pressuposto que a escritura fonética ou logográfica é o modelo a partir do qual devemos julgar e entender outros sistemas sígnicos e escriturários. Esse pressuposto reduz as oportunidades de entender as enormes e pouco analisadas potencialidades de sistemas de

<sup>26</sup> A obra do frei Valdés, de 1579, *Rethorica christiana*, é um forte indício da autoria franciscana do projeto que produziu essa tradição de escritos (BOONE, 1998). Além disso, o grosso da produção desses códices data dos séculos XVII em diante, justamente a época de decadência da produção dos registros pictográficos pelas tradições nahuas de pensamento e escrita.

<sup>27</sup> Tal recurso poderia ser usado, inclusive, de maneira mais acentuada em alguma escola de escritura ou região do mundo nahua, como argumenta Alfonso Lacadena em relação à região de Texcoco (LACADENA, 2008).

<sup>28</sup> Apesar de todos esses indícios, Joaquín Galarza acredita que os códices testerianos são parte fundamental e exemplar do sistema de escritura nahua. Com base nisso, ele elaborou um catálogo ou dicionário de glifos a partir de um manuscrito que registra a oração do pai-nosso e que, supostamente, permite a leitura de outros manuscritos testerianos (GALARZA, 1999). Além disso, desenvolveu trabalhos para aplicar esse princípio de exclusividade ou primazia logográfica e fonética a outros códices nahuas, buscando mostrar que todos os elementos contidos nesses manuscritos são estrita ou exclusivamente fonéticos e logográficos e que, desse modo, o sistema nahua de escritura haveria fixado e transcrito a língua náhuatl (GALARZA, 1992). Não obstante seu *foneticismo radical*, Galarza traz importantes contribuições ao estudo dos códices nahuas. Por exemplo, apontando carências de pesquisa que poderiam ser superadas se considerássemos os códices nahuas como textos, expressões de um sistema de escritura. Segundo ele, entre essas carências estão: a) a falta de inventários completos dos textos existentes; b) a ausência de um método de trabalho compartilhado e baseado nos detalhes e na análise sistemática dos grupos de manuscritos; e c) a necessidade de estabelecer o sentido de leitura de cada página ou de cada manuscrito (GALARZA, 1978).

escritura pictórico-ideográfico-fonéticos, pois os aprisiona com a camisa de força do foneticismo. Além disso, é difícil sustentar que o sistema mixteco-nahua seja total ou predominantemente fonético ou logográfico, já que é grande o número de indícios que apontam para o uso combinado de diversos tipos de glifos: calendáricos, numéricos, toponímicos, antroponímicos, ideográficos, fonéticos e de determinação semântica, entre os quais os fonéticos não são predominantes.<sup>29</sup>

Em contrapartida, evitando a aplicação de uma concepção fundamentalmente fonética de escritura ou discordando do pressuposto que registro visual e oralidade conformam uma polaridade excludente, um número cada vez mais significativo de estudiosos vem tratando os registros mesoamericanos como produtos de sistemas de escritura com capacidades e lógicas de funcionamento específicas. Esses estudos, de maneira geral, assumem que tais sistemas combinam representações fonéticas, ideográficas, geográficas, calendáricas e matemáticas nos registros, de acordo com estruturas de organização e lógicas próprias, e que, além disso, mantêm com a oralidade uma espécie de autonomia dependente, como apontamos acima.<sup>30</sup>

Os autores de tais estudos também têm apontado para a necessidade de uma definição mais ampla de escritura, que abarque qualquer sistema sígnico com gramática, convenções, usos sociais, formas de manutenção e transmissão, lógica interna e repertório de significados relativamente estáveis e estritos dos signos componentes. Essas características garantem uma qualidade básica a qualquer sistema de escritura: a permanência e a reabilitação de significados relativamente precisos e socialmente compartilhados – mesmo que de modo desigual no interior de uma sociedade – a partir da decodificação ordenada dos registros segundo sentidos de leitura preestabelecidos. Esses sistemas podem ter por objetivo central a grafia e a reabilitação da fala ou o registro e a reabilitação de complexos conceituais e de discursos memorizados pela oralidade. E vale lembrar que optar ou dar preferência para um desses objetivos não significa, necessariamente, vetar outras possibilidades.

---

<sup>29</sup> Vale mencionar que a proposta de Alfonso Lacadena parece ser distinta à de Galarza, pois procura mostrar que o uso dos glifos fonéticos era parte da escritura nahua desde tempos pré-hispânicos e que esse uso, como já mencionamos, poderia ser mais ou menos acentuado segundo a escola ou a região de produção do registro, chegando a ser um dos principais recursos empregados no *Códice Santa María Asunción* e no *Memorial de los indios de Tepetlaoztoc* (LACADENA, 2008, p. 1-3). Dessa maneira, entendemos que Lacadena não defende que tal recurso fosse a principal ou única base de funcionamento de todo o sistema de escritura nahua.

<sup>30</sup> Além dos estudos já mencionados, muitos outros trabalhos se pautam por essa mesma postura. De modo exemplar, podemos mencionar o estudo sobre a migração mexicana de Navarrete Linares (2000b) e as tentativas de leitura dos códices mixtecos de Ferdinand Anders e Maarten Jansen (ANDERS, 1992a, 1992b).

Partindo dessa concepção mais ampla de escritura e entendendo que as diferenciações entre os sistemas se relacionam primordialmente com preferências de ordem visual ou com propósitos sociopolíticos, o mais importante passa a ser compreender a gramática, a semântica e a lógica interna dos registros pictográficos mesoamericanos, interpretando suas partes dentro de um todo mais complexo e formado pelo texto, pelo próprio sistema e pelos seus usos sociais. Sendo assim, se estamos de acordo que o sistema mixteco-nahua, por exemplo, era uma forma de escritura, em vez de buscar interpretações amplas para seus signos visuais, teríamos que entendê-los dentro de um conjunto de convenções mais restritas, das quais depende o funcionamento de qualquer escritura. Além disso, teríamos que sempre considerar os sentidos e os significados de seus signos visuais componentes em meio ao contexto semântico em que se encontram, e não considerar tais signos como entidades autossuficientes e portadoras de sentidos alegóricos mais ou menos fixos.<sup>31</sup>

## Considerações finais

Um primeiro ponto a assinalar é que os traços particulares e gerais dos sistemas mesoamericanos de escritura que evocamos não esgotam o tema da unidade *versus* a diversidade de tais sistemas. Há muitos outros traços que poderiam ser mencionados e apresentados, para ampliar tanto a lista das particularidades quanto a das generalidades: os tipos de suporte material, as formas de produção e uso social dos registros ou os tipos de temática contemplados por eles. Não obstante, pensamos que a exposição realizada foi suficiente para assinalar que, por vezes, as propriedades diacríticas dos sistemas mesoamericanos têm sido supervalorizadas e, em contrapartida, que suas características comuns têm sido subestimadas.

As características compartilhadas pelos diversos sistemas de escritura existentes na Mesoamérica podem ser indícios preciosos da existência de uma base escritural mesoamericana comum (BROTHERSTON, 1999), ou seja, de um conjunto de elementos fundamentais que se encontra presente em todos os sistemas e que foi constituído pelas constantes inter-relações entre os diversos grupos humanos dessa macrorregião. Alguns dos principais componentes desse conjunto de elementos fundamentais seriam o caráter pictográfico, a

<sup>31</sup> Em outra ocasião, procuramos mostrar que um dos principais problemas no uso dos códices mixteco-nahuas como fontes históricas é a descontextualização de suas unidades componentes, ou seja, a desconsideração total do entorno textual, imediato ou distante, que envolve as imagens ou os glifos que compõem os textos pictográficos (SANTOS, 2005b).

marcante e sistemática presença do calendário e o emprego dos mesmos glifos numerais básicos, além de outros traços compartilhados que foram aqui apenas mencionados, como as temáticas, os tipos de suporte material e certos usos sociopolíticos dos registros. De um lado, isso nos desautoriza a estabelecer divisões muito rígidas entre tais sistemas, como a que propõe a separação entre sistemas do ocidente e sistemas do oriente da Mesoamérica, regiões em que supostamente teriam vigorado sistemas de escritura com naturezas distintas. De outro lado, essas características compartilhadas podem embasar estudos comparativos, os quais, por exemplo, poderiam testar se os princípios fundamentais para a leitura e entendimento de determinado sistema contribuem para o avanço na compreensão de outro. Em outras palavras, talvez estejamos diante de vários sistemas que utilizam, basicamente, os mesmos recursos, mas em proporções diferentes, e, sendo assim, aproximar seus estudos e comparar seus registros poderia contribuir para o esclarecimento de características e conteúdos ainda não entendidos ou pouco valorizados.

É importante enfatizar que isso não significa negligenciar atenção às particularidades de cada sistema. Tanto no caso da unidade *versus* diversidade dos sistemas de escritura como no caso da unidade *versus* diversidade dos povos, culturas e períodos históricos da Mesoamérica, há uma tensão polar entre o universal e o particular que pode ser muito útil às pesquisas. Isso porque a atenção do pesquisador aos dois polos da equação permite sublinhar as particularidades de cada sistema de escritura, de cada etnia, de cada *altepetl* e de cada período da história da Mesoamérica e, ao mesmo tempo, entender os elementos de união ou contiguidade entre eles. Em contraposição, eleger um único polo da tensão significa desmontar uma importante ferramenta analítico-conceitual: a busca por similitudes e particularidades coexistentes ou a compreensão que as continuidades e as transformações e rupturas são aspectos não excludentes da história de toda e qualquer sociedade humana (SAHLINS, 2003).

O segundo ponto a assinalar é que há vantagens metodológicas em empregar uma concepção ampla de escritura e que não tenha fundamentos estritamente fonéticos para, assim, abarcar todos os sistemas mesoamericanos. Caso esse esforço seja realizado, a consequência mais imediata é reconsiderar o *status* dos sistemas zapoteca, teotihuacano e mixteco-nahua. Tais sistemas, por valorizarem intencionalmente a coexistência e a coabitação entre imagem e texto, por não registrarem preponderantemente uma língua específica e por não apresentarem um único ou predominante sentido de leitura, têm sido considerados, por vezes, como simples recurso mnemônico, como uma protoescritura ou como um rébus a ser decifrado.

Além disso, essa reconsideração pode contribuir para a solução de uma contradição bastante comum nos estudos sobre a Mesoamérica: aceitar que a presença dos registros escritos é uma característica particular dessa macrorregião – e, portanto, fundamental para estabelecer seus limites geográficos – e, ao mesmo tempo, não aceitar que muitos desses sistemas são, propriamente, escrituras. Em outras palavras, a presença de datas gravadas em monumentos tem sido um critério básico para delimitar essa macrorregião histórico-cultural. No entanto, na maioria dos casos, essa presença consiste fundamentalmente em registros formados por glifos numerais, calendáricos, toponímicos e antroponímicos, os quais não são predominantemente fonéticos (HERRERA, 2009). Apesar disso, tal critério é empregado para definir essa macrorregião mesmo pelos defensores da ideia que uma “verdadeira escritura” é a representação fonética de uma língua ou que é possível estabelecer uma separação precisa e taxativa entre iconografia e escritura.

Um terceiro ponto – que será meramente mencionado, pois não dedicamos a ele a merecida atenção neste texto, mas sobre o qual pretendemos avançar futuramente – consiste na seguinte ideia. Se por um lado a ampliação da concepção de escritura que propusemos fortalece a unidade relativa da história e da cultura no interior da Mesoamérica, pois na maioria de suas regiões, sim, empregavam-se sistemas de escritura aparentados, por outro lado tal ampliação poderá levar à inclusão de outros sistemas sígnicos da América indígena no campo da escritura, como os sistemas de *quipos*, de *tocapus* e de *pallares* andinos.<sup>32</sup> Dessa maneira, estaríamos obrigados a reconsiderar se o uso da escritura é um traço distintivo da Mesoamérica ou se aquilo que distingue essa macrorregião é justamente o uso de determinados sistemas aparentados e com características próprias, como as que buscamos descrever aqui como características compartilhadas.

Esse tipo de reconsideração irá requerer, entre outras coisas, a intensificação de estudos comparativos que abarquem as diversas macrorregiões ameríndias: Aridoamérica, Oasisamérica, Circuncaribe, Andes Centrais<sup>33</sup> e Amazônia, entre outras. Talvez isso nos leve, curiosamente, a reconsiderar a importância que Kirchhoff e outros estudiosos de sua época deram às características que cada macrorregião da América indígena compartilhava com

<sup>32</sup> Elizabeth Hill Boone é uma das estudiosas dos sistemas mesoamericanos que propõe uma definição mais ampla de escritura, que abarque os manuscritos do México central e de Oaxaca e, também, os *quipos* andinos (BOONE, 2000).

<sup>33</sup> Propusemos uma forma de agrupar as *fontes históricas nativas* – quer dizer, que deliberadamente tratam do passado de seus próprios produtores – da Mesoamérica e dos Andes Centrais segundo os principais problemas de entendimento e de interpretação enfrentados pelos estudiosos dos registros dessas macrorregiões (SANTOS, 2007a).

as outras. No entanto, ao fazer isso, deveremos ter o cuidado de deixar para trás aspectos problemáticos que marcaram alguns desses estudos no passado, como o difusionismo metódico ou as oposições binárias demasiadamente rígidas ou que conformavam polos excludentes, tais como escritura *versus* oralidade ou verdadeira escritura *versus* falsa escritura. Também deveremos ter o cuidado de superar outras oposições binárias que caracterizaram o trabalho das Ciências Humanas no século XIX e grande parte do século XX, tais como história *versus* mito, cultura *versus* natureza, povos com história *versus* povos sem história ou civilização *versus* barbárie, atualmente transvestida na oposição alta cultura *versus* baixa cultura ou sociedade complexa *versus* sociedade simples.

## Referências

ACOSTA, José de. *Historia natural y moral de las Indias*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. (Biblioteca Americana, Serie de Cronistas de Indias).

ALCINA FRANCH, José. *Códices mexicanos*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. (Colección Lenguas y Literaturas Indígenas – Colecciones Mapfre 1992).

ANDERS, Ferdinand. *Origen e historia de los reyes mixtecos: libro explicativo del llamado Códice Vindobonensis*. Graz: Akademische Druck und Verlagsanstalt; México: Fondo de Cultura Económica; Madrid: Sociedad Estatal Quinto Centenario, 1992a. (Códices Mexicanos I).

ANDERS, Ferdinand. *Crónica mixteca – El rey 8 Venado, Garra de Jaguar, y la dinastía de Teozacualco-Zaachila: libro explicativo del llamado Códice Zouche-Nuttall*. Graz: Akademische Druck und Verlagsanstalt; México: Fondo de Cultura Económica; Madrid: Sociedad Estatal Quinto Centenario, 1992b. (Códices Mexicanos II).

AYALA FALCÓN, Maricela. La escritura, el calendario y la numeración. In: MANZANILLA, Linda; LÓPEZ LUJÁN, Leonardo López (Coord.). *Historia antigua de México*. 2. ed. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, Instituto de Investigaciones Antropológicas – Universidad Nacional Autónoma de México, Porrúa, 2001. p. 145-187. v. 4 – Aspectos fundamentales de la tradición cultural mesoamericana.

BOONE, Elizabeth Hill. Manuscript painting in service of imperial ideology. In: BERDAN, Francis et al. (Org.). *Aztec imperial strategies*. Washington, D.C.: Dumbarton Oaks, 1996. p. 181-206.

BOONE, Elizabeth Hill. Pictorial documents and visual thinking in postconquest Mexico. In: BOONE, Elizabeth Hill; CUMMINS, Tom (Ed.). *Native traditions in the postconquest world*. Washington, D.C.: Dumbarton Oaks, 1998. p. 149-199.

- BOONE, Elizabeth Hill. *Stories in red and black: pictorial histories of the Aztecs and Mixtecs*. Austin: University of Texas Press, 2000.
- BROTHERSTON, Gordon. *La América indígena en su literatura: los libros del cuarto mundo*. Tradução de Teresa Ortega Guerrero e Mónica Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. (Sección de Obras de Historia).
- BROTHERSTON, Gordon. Traduzindo a linguagem visível da escrita. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, n. 4, p. 78-91, 1999.
- BURGOA, Francisco de. *Geográfica descripción de la parte septentrional del Polo Ártico de la América*. México: Porrúa, 1987.
- COE, Michael D.; KERR, Justin. *The art of the Maya scribe*. London: Thames & Hudson, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- DIBBLE, Charles E. El antiguo sistema de escritura en México. *Revista Mexicana de Estudios Antropológicos*, México, n. 1-2, p. 105-128, 1940. Tomo 4.
- DUVERGER, Christian. *Mesoamérica: arte y antropología*. Tradução de Aurelia Álvarez Urbajtel e Pablo Flores Merino Herrera Salcedo. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Américo Arte; Paris: Landucci, 2000.
- ELLIOTT, Jorge. The relationship between painting and scripts. In: BROWMAN, David L. (Ed.). *Cultural continuity in Mesoamerica*. Paris: Mouton Publishers, The Hague, 1978. p. 343-364.
- GALARZA, Joaquín. The Aztec system of writing: problems of research. In: BROWMAN, David L. (Ed.). *Cultural continuity in Mesoamerica*. Paris: Mouton Publishers, The Hague, 1978. p. 303-307.
- GALARZA, Joaquín. *In amoxtlí, in tlatcatl: el libro, el hombre. Códices y vivencias*. México: Tava Editorial, 1992. (Colección Códices Mesoamericanos).
- GALARZA, Joaquín. Códices o manuscritos testerianos. *Arqueología Mexicana*, México, v. 7, n. 38, p. 34-37, 1999. (Códices coloniales).
- GLASS, John B. A survey of native Middle American pictorial manuscripts. In: WAUCHOPE, Robert (Ed. geral); CLINE, Howard F. (Ed. do volume). *Handbook of Middle American Indians*. Austin: University of Texas Press, 1975. p. 3-80. v. 14.
- GRUBE, Nikolai; ARELLANO HOFFMANN, Carmen. Escritura y literalidad en Mesoamérica y en la región andina: una comparación. In: ARELLANO HOFFMANN, Carmen et al. (Coord.). *Libros y escritura de tradición indígena: ensayos sobre los códices prehispánicos y coloniales de México*. Zinacatepec: El Colegio Mexiquense, Universidad Católica de Eichstätt, 2002. p. 27-72.

- HERRERA, María del Carmen et al. Un trayecto por los signos de escritura. *Destiempos: el mundo indígena desde la perspectiva actual*. México, n. 18, p. 361-393. Disponível em: <<http://www.destiempos.com/n18/herrera.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- JANSEN, Maarten. The art of writing in ancient Mexico: an ethno-iconographical perspective. In: WITTE, H. A. (Introd.). *The image in writing*. Leiden: Brill, 1988. p. 86-113.
- KIRCHHOFF, Paul. Mesoamérica: sus límites geográficos, composición étnica y caracteres culturales. *Revista Tlatoani* (Suplemento), México, n. 3, p. 28-45, 1967.
- LACADENA, Alfonso. Regional scribal traditions: methodological implications for the decipherment of náhuatl writing. *The Pari Journal*. Washington, n. 8, v. 4, p. 1-22, 2008.
- LEÓN-PORTILLA, Miguel. *Códices: os antigos livros do Novo Mundo*. Tradução de Carla de Jesus Carbone. Florianópolis: EdUFSC, 2012.
- MANRIQUE CASTAÑEDA, Leonardo. Ubicación de los documentos pictográficos de tradición náhuatl en una tipología de sistemas de registro y de escritura. In: MARTÍNEZ MARÍN, Carlos (Org.). *Primer coloquio de documentos pictográficos de tradición náhuatl*. México: Instituto de Investigaciones Históricas – Universidad Nacional Autónoma de México, 1989. p. 159-170. (Serie de Cultura Náhuatl – Monografías 23).
- MARCUS, Joyce. *Mesoamerican writing systems: propaganda, myth, and history in four ancient civilizations*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- MIGNOLO, Walter. Signs and their transmission: the question of the book in the New World. In: HILL BOONE, Elizabeth; MIGNOLO, Walter (Ed.). *Writing without words: alternative literatures in Mesoamerica and the Andes*. Durham: Duke University Press, 1994. p. 220-270.
- NAVARRETE LINARES, Federico. *Los libros quemados y los libros sustituidos*. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dh/ceveh/public\\_html/biblioteca/artigos/fn-a-e-livrosquei.html](http://www.fflch.usp.br/dh/ceveh/public_html/biblioteca/artigos/fn-a-e-livrosquei.html)>. Acesso em: 9 dez. 2000a.
- NAVARRETE LINARES, Federico. *Mito, historia y legitimidad política: las migraciones de los pueblos del Valle de México*. Tese (Doutorado em Estudos Mesoamericanos) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2000b.
- NOWOTNY, Karl Anton. *Tlacuilolli: style and contents of the Mexican pictorial manuscripts with a catalog of the Borgia Group*. Tradução e edição de George A. Everett e Edward B. Sisson. Norman: University of Oklahoma Press, 2005.

- SAHAGÚN, Bernardino de. *Coloquios y doctrina cristiana*. Introdução, paleografia, tradução do náhuatl e notas de Miguel León-Portilla. México: Fundación de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.
- SAHLINS, Marshall. *Estrutura e história: ilhas de história*. Tradução de Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 172-194.
- SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005a.
- SANTOS, Eduardo Natalino dos. Usos historiográficos dos códices mixteco-nahuas. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, p. 69-115, 2005b.
- SANTOS, Eduardo Natalino dos. Fontes históricas nativas da Mesoamérica e Andes. Conjuntos e problemas de entendimento e interpretação. *Clio Arqueológica*, Pernambuco, v. 1, n. 22, p. 7-49, 2007a.
- SANTOS, Eduardo Natalino dos. Los ciclos calendáricos mesoamericanos en los escritos nahuas y castellanos del siglo XVI: de la función estructural al papel temático. In: LEVIN ROJO, Danna; NAVARRETE LINARES, Federico (Org.). *Indios, mestizos y españoles: interculturalidad e historiografía en la Nueva España*. México: Instituto de Investigaciones Históricas – Universidad Autónoma Metropolitana, 2007b. p. 225-262.
- TAUBE, Karl. *The writing system of ancient Teotihuacan*. Barnardville, Washington, D.C.: Center for Ancient American Studies (Ancient America), 2000.
- THOMPSON, J. Eric S. *Un comentario al Códice de Dresde: libro de jeroglifos mayas*. Tradução de Jorge Ferreiro Santana. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. (Sección de Obras de Antropología).